

## Relatório da Administração

**Apresentação:** A Diretoria da Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

**Desempenho:** A Corretora apresentou um lucro líquido de R\$ 11.145 (2017 - R\$ 34.558), correspondente a R\$ 2,02 (2017 - R\$ 6,27) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 2,04% (2017 - 6,47%). Em 31 de dezembro de 2018, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,85% (2017 - 15,94%).

## Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)		2018	2017
<b>A T I V O</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>399.999</b>	<b>554.544</b>
Disponibilidades	4	182	401
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	5.001	5.495
Aplicações em operações compromissadas		5.001	5.495
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>204.835</b>	<b>270.546</b>
Carteira própria		7.520	100.022
Vinculados à prestação de garantias		197.315	170.524
<b>Outros créditos</b>		<b>189.945</b>	<b>278.069</b>
Rendas a receber		17.717	3.437
Negociação e intermediação de valores	7	114.234	207.814
Créditos tributários	8	37.241	39.173
Diversos	9	20.753	27.645
<b>Outros valores e bens</b>		<b>36</b>	<b>33</b>
Despesas antecipadas		36	33
<b>Não circulante</b>		<b>426.360</b>	<b>352.672</b>
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>		<b>423.900</b>	<b>350.673</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>305.875</b>	<b>244.001</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		305.875	244.001
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>35.823</b>	<b>47.247</b>
Carteira própria		3.567	10.419
Vinculados à prestação de garantias		32.256	36.828
<b>Outros créditos</b>		<b>82.202</b>	<b>59.425</b>
Créditos tributários	8	14.776	4.911
Diversos	9	67.426	54.514
<b>Permanente</b>		<b>2.460</b>	<b>1.999</b>
<b>Investimentos</b>	<b>10</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
Outros investimentos		15	15
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>11</b>	<b>631</b>	<b>992</b>
Outras imobilizações de uso		8.508	9.017
(Depreciações acumuladas)		(7.877)	(8.025)
<b>Intangível</b>	<b>12</b>	<b>1.814</b>	<b>992</b>
Ativos intangíveis		2.157	1.170
(Amortizações acumuladas)		(343)	(178)
<b>Total do ativo</b>		<b>826.359</b>	<b>907.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2018 a Corretora distribuiu e pagou dividendos no montante de R\$ 21.793 (2017 - R\$ 8.207, pago em 1º de fevereiro de 2018).

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e

(Em milhares de Reais)		2018	2017
<b>P A S S I V O</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		<b>275.153</b>	<b>360.635</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>275.153</b>	<b>360.635</b>
Sociais e estatutárias		32.767	17.038
Fiscais e previdenciárias		19.870	33.477
Negociação e intermediação de valores	13	115.578	209.992
Diversas	14	106.938	100.128
<b>Não circulante</b>		<b>21.779</b>	<b>7.468</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>21.779</b>	<b>7.468</b>
Fiscais e previdenciárias	13	513	7.468
Diversas	14	21.266	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>16</b>	<b>529.427</b>	<b>539.113</b>
Capital social - De domiciliados no exterior		274.986	274.986
Reserva de lucros		256.058	266.706
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.617)	(2.579)
<b>Total do passivo</b>		<b>826.359</b>	<b>907.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)		2018	2017
	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>248.000</b>	<b>246.421</b>
Aumento de capital	16.a	27.000	-
Redução de capital (Cisão)	16.a	(14)	(27.000)
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-
Lucro líquido		-	-
Destinações:			
Reservas	16.b e c	-	1.728
Dividendos	16.d	-	24.609
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>274.986</b>	<b>22.676</b>
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-
Lucro líquido		-	-
Destinações:			
Reservas		557	10.588
Dividendos		-	(21.793)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>274.986</b>	<b>23.233</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>		<b>274.986</b>	<b>23.198</b>
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-
Lucro líquido		-	-
Destinações:			
Reservas		35	10.588
Dividendos	16.d	-	(20.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>274.986</b>	<b>23.233</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

### 1 | Contexto operacional

A Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora) é parte integrante do Conglomerado Citibank no Brasil, e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiro e de capitais. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Corretora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias corretoras, operando em sistema mantido pela bolsa de valores e na compra e venda de títulos e valores mobiliários por conta de terceiros ou por conta própria.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A. (Banco), empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil, onde o grupo Itaú Unibanco se tornou o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (0,81%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação envolveu a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo foi cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A transação foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica em agosto de 2017 e pelo Banco Central do Brasil em outubro de 2017. A operação de venda do *Consumer Bank* foi concluída no segundo semestre de 2017.

Apresentamos os valores cindidos em 1º de dezembro de 2017:

	01/12/2017
<b>Ativo</b>	<b>62.796</b>
<b>Circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>60.412</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.384
Outros Créditos	183
<b>Permanente</b>	<b>62.979</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>62.979</b>
<b>Passivo</b>	<b>62.953</b>
<b>Circulante e exigível a longo prazo</b>	<b>62.953</b>
Outras Obrigações	26
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>62.979</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>62.979</b>

Os ativos e passivos do *Consumer* foram objeto de laudo contábil, auditado para a data-base de 30 de setembro de 2017.

### 2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.495 de 1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404 de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Corretora em 18 de março de 2019.

### 3 | Principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas posição bancada e aplicações em moedas estrangeiras.

#### c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

#### d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**i. Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

**ii. Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

**iii. Títulos disponíveis para venda** - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As ações são valorizadas pela cotação de fechamento do dia em que foram negociadas em bolsa de valores em contrapartida ao resultado do período.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB, são atualizados considerando custo de aquisição e os rendimentos auferidos pelo indexador do contrato. O valor de curva e o seu valor de mercado se equiparam.

A valorização das cotas de fundos de índice de mercado é baseada na média ponderada do preço dos ativos que formam a composição da carteira.

#### e) Operações de crédito

As operações de crédito são realizadas sob a modalidade de financiamentos a pessoas físicas e jurídicas que satisfazem as condições para contratação de operações destinadas a aquisições de ações.

**Direitos e/ou obrigações por empréstimos de ações** - As ações cedidas ou tomadas por empréstimos são registradas em conta específica, valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores e que habitualmente tem maior negociação, acrescida dos encargos/rendimentos do empréstimo, apropriada diariamente no resultado.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

#### f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em conformidade com os preceitos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 21 de dezembro de 1999, considerando-se a classificação das operações de crédito e outros créditos em nove níveis de risco que, por sua vez, estão diretamente relacionados ao percentual da provisão a ser constituída.

A classificação das operações é amparada na análise periódica do devedor e da operação, levando-se em consideração itens como a situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade, limite de crédito e as características gerais da operação, bem como as garantias envolvidas.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (*write-offs*) são efetuadas após decorridos 6 meses contados a partir da classificação no *rating* H, desde que apresentem atraso superior a 180 dias.

As operações de crédito renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações registradas como prejuízo e controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível H. Eventuais ganhos auferidos por ocasião da renegociação são apropriados ao resultado quando efetivamente recebidos. A reclassificação para categoria de menor risco é realizada quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

#### g) Outros créditos

##### i. Rendas a receber

O Grupo Citibank é um conglomerado global com plataformas de negócios presentes em diversos países. Esta abrangência tem por objetivo atender às necessidades dos clientes em diferentes localidades.

As diversas entidades legais do Grupo Citibank realizam acordos de prestação de serviços intragrupo de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupo são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência.

Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

##### ii. Negociação e intermediação de valores

Os saldos são demonstrados pelos valores das operações de compra ou venda de instrumentos financeiros realizados junto às bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo previsto pela legislação em vigor.

#### h) Permanente

##### i. Investimentos

São representados por certificados de investimentos e estão registrados pelo seu custo original.

##### ii. Imobilizado

Até dezembro de 2016, o imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo.

##### iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual a Corretora espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

Além da amortização, os valores são submetidos a revisões periódicas de testes de *impairment* conforme descrito na nota 3i.

#### ii) Redução do valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566 com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

#### iii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Banco Central.

##### i. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Corretora espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

**i. Ativos e passivos contingentes**

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**Passivos contingentes** - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a Corretora espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

**6 | Títulos e valores mobiliários**

**a) Títulos para negociação**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	2018				2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	-	46	46
Atções de companhias abertas	-	-	-	-	46	46
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>197.307</b>	<b>197.315</b>	<b>6.917</b>	<b>190.398</b>	<b>170.390</b>	<b>170.524</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	190.390	190.398	-	190.398	170.390	170.524
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.917	6.917	6.917	-	-	-
<b>Total</b>	<b>197.307</b>	<b>197.315</b>	<b>6.917</b>	<b>190.398</b>	<b>170.436</b>	<b>170.570</b>

**b) Títulos disponíveis para venda**

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:

	2018				2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Custo atualizado	Valor de mercado
<b>Carteira própria</b>	<b>11.087</b>	<b>11.087</b>	<b>7.520</b>	<b>3.567</b>	<b>110.395</b>	<b>110.395</b>
Certificação de depósitos bancários - CDB	11.087	11.087	7.520	3.567	110.395	110.395
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>	<b>30.000</b>	<b>32.256</b>	-	-	<b>32.256</b>	<b>36.834</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	6.504	6.498
Cotas de fundos de investimentos	30.000	32.256	-	-	32.256	30.330
<b>Total</b>	<b>41.087</b>	<b>43.343</b>	<b>7.520</b>	<b>3.567</b>	<b>147.229</b>	<b>147.223</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Corretora não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

**7 | Negociação e intermediação de valores**

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros créditos	Outras obrigações	Outros créditos	Outras obrigações
Caixas de registros e liquidação	-	37.267	-	76.341
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes	114.234	78.311	207.814	133.651
<b>Total</b>	<b>114.234</b>	<b>115.578</b>	<b>207.814</b>	<b>209.992</b>

**8 | Créditos tributários**

**a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda**

	2018				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Cisão	
Provisão para bônus e gratificação periódica	14.744	10.301	(13.205)	-	11.840
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	5.794	645	(273)	6.166
Provisão para outros pagamentos	-	5.602	17.200	(8.298)	14.504
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	138	(138)	-
<b>Total</b>	<b>14.744</b>	<b>21.705</b>	<b>17.263</b>	<b>(9.411)</b>	<b>32.510</b>

	2017				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão	
Provisão para bônus e gratificação periódica	12.351	11.510	(8.855)	(262)	14.744
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	4.028	585	(914)	3.699
Provisão para outros pagamentos	-	3.638	10.355	(6.721)	7.272
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	83	(83)	-
<b>Total</b>	<b>12.351</b>	<b>19.153</b>	<b>10.325</b>	<b>(1.060)</b>	<b>17.944</b>

	2018				Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Realização	Cisão	
Provisão para bônus e gratificação periódica	10.278	6.181	(7.923)	-	8.536
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	4.028	585	(914)	3.699
Provisão para outros pagamentos	-	3.638	10.355	(6.721)	7.272
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	83	(83)	-
<b>Total</b>	<b>10.278</b>	<b>13.806</b>	<b>10.325</b>	<b>(1.728)</b>	<b>19.507</b>

	2017				Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Cisão	
Provisão para bônus e gratificação periódica	10.161	8.338	(8.064)	(157)	10.278
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	-	4.321	1.136	(983)	4.028
Provisão para outros pagamentos	-	2.433	2.485	(1.279)	3.638
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	1.959	(10.326)	(604)
<b>Total</b>	<b>10.161</b>	<b>16.706</b>	<b>4.344</b>	<b>(12,826)</b>	<b>17.944</b>

**c) Realização de crédito tributário de imposto de renda**

	2018				Saldo em 31/12/2017
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Provisão para bônus e gratificação periódica	11.840	-	-	-	14.744
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	4.008	1.048	1.048	-	2.897
Provisão para outros pagamentos	6.962	6.962	580	-	5.602
<b>Total</b>	<b>22.810</b>	<b>8.010</b>	<b>1.628</b>	<b>-</b>	<b>23.243</b>

	2017				Saldo em 31/12/2016
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Provisão para bônus e gratificação periódica	14.744	-	-	-	10.161
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.897	-	-	-	4.321
Provisão para outros pagamentos	5.602	-	-	-	2.433
<b>Total</b>	<b>23.243</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.915</b>

**d) Realização de crédito tributário de contribuição social**

	2018				Saldo em 31/12/2017
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Provisão para bônus e gratificação periódica	8.536	-	-	-	10.278
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.405	629	629	-	2.897
Provisão para outros pagamentos	3.490	3.490	292	-	5.602
<b>Total</b>	<b>14.430</b>	<b>4.119</b>	<b>921</b>	<b>-</b>	<b>23.243</b>

	2017				Saldo em 31/12/2016
	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	
Provisão para bônus e gratificação periódica	10.278	-	-	-	10.161
Provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	2.014	-	-	-	4.321
Provisão para outros pagamentos	3.638	-	-	-	2.433
<b>Total</b>	<b>15.930</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.915</b>

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 47.650 (2017 - R\$ 38.305) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não havia créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**9 | Outros créditos - Diversos**

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Devedores por depósitos em garantia	52.255	-	54.514	-
Impostos e contribuições a compensar	208	-	1.630	-
Adiantamentos e antecipações	609	-	671	-
Diversos	19.936	15.171	25.344	-
<b>Total</b>	<b>20.753</b>	<b>67.426</b>	<b>27.645</b>	<b>54.514</b>

**10 | Investimentos**

O saldo de outros investimentos é composto por títulos patrimoniais no valor de R\$ 15 (2017 - R\$ 15).

**11 | Imobilizado de uso**

	2018		2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações	1.819	(1.347)	472	-
Móveis e equipamentos de uso	723	(608)	115	-
Sistemas de comunicação	2.596	(2.586)	10	-
Sistemas de processamentos de dados	3.180	(3.146)	34	-
Sistemas de segurança	2	(2)	-	-
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-
<b>Total</b>	<b>8.508</b>	<b>(7.877)</b>	<b>631</b>	<b>-</b>

	2017		2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Instalações	1.980	(1.269)	711	-
Móveis e equipamentos de uso	1.076	(850)	226	-
Sistemas de comunicação	2.591	(2.584)	7	-
Sistemas de processamentos de dados	3.180	(3.132)	48	-
Sistemas de segurança	2	(2)	-	-
Sistemas de transporte	188	(188)	-	-
<b>Total</b>	<b>9.017</b>	<b>(8.025)</b>	<b>992</b>	<b>-</b>

**12 | Intangível**

	2018		2017	
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual
Desenvolvimento de software	2.157	(343)	1.814	992
<b>Total</b>	<b>2.157</b>	<b>(343)</b>	<b>1.814</b>	<b>992</b>

**13 | Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias**

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	13.800	-	27.465	-
Impostos e contribuições a recolher	307	-	5.955	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	398	513	57	-
<b>Total</b>	<b>19.877</b>	<b>513</b>	<b>33.477</b>	<b>-</b>

(1) Provisão para impostos diferidos refere-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação e títulos disponíveis para venda.

Em virtude da extinção da majoração de alíquota da CSLL, em 2018 a Corretora não registrou crédito tributário adicional (2017 - R\$ 2.260). A referida majoração de alíquota não incrementou o valor da CSLL a recolher neste exercício (2017 - R\$ 4.418).

**14 | Outras obrigações - Diversas**

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para pagamentos de despesas de pessoal	35.443	5.446	57.092	-
Valores a pagar a ex-acionistas (1)	15.312	-	14.850	-
Valores a pagar à sociedade ligada no exterior (2)	7.072	-	5.497	-
Provisão para pagamentos a efetuar	32.675	7.523	6.993	-
Provisão para passivos contingentes (nota 15)	16.151	8.297	15.696	7.468
Outros	285	-	-	-
<b>Total</b>	<b>106.938</b>	<b>21.266</b>	<b>100.128</b>	<b>7.468</b>

(1) Referem-se à provisão de valores a pagar aos ex-acionistas da Intra, registrada no segundo semestre de 2011. A Corretora mantém depositado judicialmente 100% do saldo que é atualizado mensalmente pela taxa Selic.

(2) Referem-se, basicamente, à comissão paga à empresa ligada no exterior por indicações de clientes globais.

**15 | Passivos contingentes e obrigações legais**

	2018		2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para riscos fiscais	15.862	-	15.370	-
Provisão para contingências - Trabalhistas	289	7.990	326	7.468
<b>Total</b>	<b>16.151</b>	<b>8.297</b>	<b>15.696</b>	<b>7.468</b>

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Corretora tem constituída uma provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

**Fiscal - PIS e COFINS sobre despesas de corretagem - R\$ 13.179 (2017 - R\$ 12.807):** trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e CETIP em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

**Contingências classificadas com risco de perda possível:**

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais de R\$ 79.858 (2017 - R\$ 76.174), compostas basicamente, pelos seguintes processos fiscais:

**Desmaturalização - BM&F e Bovespa - R\$ 44.519 (2017 - R\$ 42.424):** trata-se de processos onde se discute o recolhimento do PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância.

**PIS e COFINS sobre Incorporação de Ações - R\$ 16.359 (2017 - R\$ 15.810):** trata-se de processo onde se discute o recolhimento de PIS e COFINS sobre suposto ganho de capital ocorrido na incorporação de ações da B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de segunda instância administrativa.

**ISS Corretagem - R\$ 5.393 (2017 - R\$ 5.114):** trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre as operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão. Aguarda-se julgamento de Embargos à Execução.

A Corretora optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 7,5% e saldo remanescente liquidado integralmente em Janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutiam despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de saldo negativo efetuadas pela Corretora. Para tanto, em 2017 houve constituição de provisão no montante de R\$ 125 e utilização de R\$ 17. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 220.

**b) Movimentação das contingências**

	Saldo em 31/12/2017				Saldo em 31/12/2018				
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Reversão	Utilização	Atualização	Cisão	Total	
	7.794	15.370	23.164	1.272	298	1.570	-	131	16.169
	-	-	-	(520)	(398)	-	-	501	24.448
	-	-	-	-	-	-	-	632	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-					

...Continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e semestre findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

- **Country Coordination Committee (CCC):** é o principal Comitê Interno do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, composto pelos chefes das principais áreas de negócios e infraestrutura, conforme descrito no *Citi Brazil Corporate Governance Procedures and Standards*. Ele coordena a interação entre linhas de negócios, produtos e áreas de infraestrutura, bem como discute questões relevantes e de risco.
- **Country Risk Management Committee (CRMC):** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil adota e mantém, ainda, o CRMC como instância de apoio e governança para a gestão dos riscos corporativos relevantes, abrangendo risco de crédito, mercado, IRRBB, capital, liquidez, operacional, socioambiental, estratégico, reputacional além de riscos adicionais considerados relevantes pela instituição.
- **Chief Risk Officer (CRO)/Risk Group:** o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil prevê a atuação do CRO, sendo este responsável pela supervisão da conformidade, verificação, monitoramento e prevenção dos riscos controlados pela segunda linha de defesa; bem como a atuação do *Risk Group*, o qual tem como objetivo auxiliar o CRO no processo de avaliação e decisão de ações de mitigação de riscos e, principalmente, promover maior transparência às partes interessadas ao informar os riscos aos quais as áreas estão expostas, as políticas, normas e medidas adotadas para sua mitigação, bem como sua eficácia e eficiência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Banco, o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conta, por fim, com o Grupo de Risco.

### 25.1. Gerenciamento de risco de capital

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil e da unidade única responsável pelo gerenciamento do capital das demais empresas do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, cumprindo suas responsabilidades de acordo com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece a Política de Gerenciamento de Capital, cujas responsabilidades e procedimentos são baseados nas diretrizes de gerenciamento de capital instituídas pelo Citigroup globalmente.

A estrutura de gerenciamento de capital adotada pelo Conglomerado Prudencial Citibank Brasil baseia-se em três princípios, sendo eles: mensuração, monitoramento e planejamento de capital.

O gerenciamento de capital visa maximizar o retorno financeiro aos acionistas, atender aos requerimentos regulatórios de capital, regulamentações vigentes e políticas internas aplicáveis. Ademais, durante o processo de gerenciamento de capital também são consideradas as metas internas de adequação de capital, índices e limites de acionamento de contingência.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de capital consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 25.2. Gerenciamento de risco operacional

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, instituiu em junho de 2007 a Política de Gerenciamento de Risco Operacional. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil mantém uma estrutura de Gestão de Risco Operacional com uma estrutura de Governança para sustentar suas atividades centrais de Gestão de Risco Operacional de antecipação, mitigação e recuperação. Para garantir a gestão efetiva de risco operacional por todo o Conglomerado, a Estrutura de Governança apresenta três linhas de defesa:

**Primeira Linha de Defesa - Negócio:** O negócio assume seus riscos, incluindo seu risco operacional e é responsável por sua gestão.

**Segunda Linha de Defesa - Gestão de Risco Independente e Funções de Controle - Operacional Risk Management, Compliance, Risk, Finanças, Recursos Humanos e Jurídico:** Constituem a segunda linha de defesa com o objetivo de aumentar a eficácia dos controles e garantir a gestão adequada dos riscos operacionais em todos os produtos, linhas de negócios e regiões.

**Terceira Linha de Defesa:** A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir o controle e a direção estratégica no processo de identificação de riscos operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao *Chief Risk Officer* e ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos riscos operacionais significativos e emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 25.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 25.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito

em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 25.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

### 25.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental consulte o site [www.citi.com.br](http://www.citi.com.br) (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Socioambiental.

### 25.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

## A Diretoria

**Camilla Cruz Oliveira de Souza**  
CRC: 1SP256989/O-0

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

### Aos Administradores e à Diretoria da

Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.



São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citigroup Global Markets Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2019

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP0114428/O-6

**Luciana Liberal Sâmbia**  
Contadora CRC 1SP198502/O-8